



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOM JARDIM/PE

PROCESSO: 00004857520208173000

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EUCLIDES GOMES DA ROCHA BISNETO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Houve pagamento administrativo na monta de R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora, tendo sido produzido o laudo acostado:

Segmento anatómico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão COXA ESQUERDA	<input checked="" type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão JOELHO DIREITO	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda;
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Ocorre que, na tabela anexa a lei não há previsão expressa para coxa, valendo ressaltar que a lesão embora tenha sido na coxa, causou déficit para o joelho e “parestesia da coxa”, o que se caracteriza pela dormência:

Em caso de dano anatómico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

PARALISIA DO JOELHO E PARESTESIA EM
FACE LATERAL DA COXA + DÉFICIT A
FLUXO DE JOELHO DIREITO

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

Ora, a simples dormência embora um sequela da lesão não acarreta necessariamente limitação no membro.

Dessa forma, duas situações precisam ser esclarecidas, primeiro, se a parestesia causou efetiva limitação funcional na coxa.

Depois, como é necessário o correto enquadramento da invalidez conforme tabela, deve restar claro se a lesão da coxa causou limitação funcional no membro como um todo, situação que ensejaria também o reconhecimento que a invalidez do joelho estaria contida nesta.

Dessa forma, requer a intimação do expert afim de que esclareça estes pontos.

Por fim, deverá ser considerado para fim de abatimento o valor pago em sede administrativa.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOM JARDIM, 2 de junho de 2022.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE